

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará						OGE 2016		R\$ 1,00	
79201 Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará									
Inciso III do Art.13 da LDO nº 8.232, 15/07/15									
FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investi-mentos	Inversões Financeiras	Amortizaçã o da Dívida	Reserva de Contingência
18.122.1297-4668	Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	291.521	0	0	291.521	0	0	0	0
18.122.1297-8338	Operacionalização das Ações Administrativas	5.271.507	0	0	4.903.207	368.300	0	0	0
18.122.1297-8339	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	6.690.337	6.685.027	0	5.310	0	0	0	0
18.126.1424-8238	Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	200.000	0	0	200.000	0	0	0	0
18.128.1424-6077	Desenvolvimento de Competências e Habilidades Profissionais	150.000	0	0	150.000	0	0	0	0
18.331.1297-8311	Concessão de Auxílio Alimentação	667.558	0	0	667.558	0	0	0	0
18.331.1297-8312	Concessão de Auxílio Transporte	106.952	0	0	106.952	0	0	0	0
18.541.1437-8364	Elaboração de Estudo e Instrumento para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	1.175.435	0	0	1.163.435	12.000	0	0	0
18.541.1437-8365	Gestão de Unidades de Conservação	14.373.376	0	0	12.260.356	2.113.020	0	0	0
18.541.1437-8369	Apoio a Projetos de Usos Sustentável de Produtos da Sociobiodiversidade	1.692.044	0	0	1.351.044	341.000	0	0	0
18.541.1437-8370	Outorga e Monitoramento de Florestas Públicas para Produtos e Serviços Florestais	2.534.632	0	0	2.444.632	90.000	0	0	0
18.541.1437-8372	Promoção da Educação Ambiental	230.000	0	0	190.000	40.000	0	0	0
18.541.1437-8569	Apoio a Projeto de Uso Sustentável para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais	1.070.058	0	0	1.023.058	47.000	0	0	0
18.543.1437-6784	Produção e Restauração Florestal	4.400.491	0	0	4.332.091	68.400	0	0	0
Total		38.853.911	6.685.027	0	29.089.164	3.079.720	0	0	0

Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Regular, controlar e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de competência do Governo do Estado do Pará, cuja exploração tenha sido delegada à terceiros, entidade pública ou privada, através da concessão, permissão ou autorização.

Inciso IV do Art.13 da LDO nº 8.232, 15/07/15

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997.	Cria a Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos, no Estado do Pará, e dá outras providências.
Decreto nº 3.172, de 16 de novembro de 1998.	Estabelece normas de constituição e funcionamento do Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos.
Lei nº 6.178, de 30 de dezembro de 1998.	Dispõe sobre a criação dos cargos de Secretários Especiais de Estado, e dá outras providências.Republicado no D.O.E., de 13 de julho de 2001.
Decreto nº 3.207, de 27 de novembro de 1998.	Dispõe sobre a organização interna da Agência Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos – ARCON.
Lei nº 6.212, de 28 de abril de 1999.	Dispõe sobre a criação, estrutura e funcionamento das Secretarias Especiais de Estado e institui o Colegiado de Gestão Estratégica, e dá outras providências.Republicado no D.O.E., de 24 de janeiro de 2003.
Decreto nº 3.375, de 26 de março de 1999.	Regulamenta os incisos VI e VIII, do art.2º da Lei Estadual nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, que criou a Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos – ARCON.
Decreto nº 4.576, de 4 de abril de 2001.	Altera o Decreto nº 3.207, de 27 de Novembro de 1998, que dispõe sobre a organização interna da Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos – ARCON.
Lei nº 6.838, de 20 de fevereiro de 2006.	Altera dispositivos da Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, que "Cria a Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos no Estado do Pará e dá outras providências."
Lei nº 7.543 de 20 de julho de 2.011	Dispõe sobre a reorganização da Estrutura Administrativa vinculações no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providencias.
Lei nº 7.699, de 5 de fevereiro de 2013	Altera dispositivos da Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997.
Lei nº 6.377, de 12 de julho de 2001	Altera dispositivos da Lei nº 6.212, de 28 de abril de 1999, e dá outras providências.